

OCUPAÇÕES: moradia e resistência

SQUATTERS: housing and resistance

Camila D'Ottaviano

Universidade de São Paulo
São Paulo, SP, Brasil
camila.dottaviano@usp.br
ORCID: 0000-0002-6989-3383

Estevam Vanale Otero

Universidade Estadual Paulista
Bauru, SP, Brasil
e.otero@unesp.br
ORCID: 0000-0002-0374-4457



RESUMO

Às portas da terceira década do século XXI, o contexto urbano e habitacional brasileiro apresenta-se assentado sobre um tripé paradoxal: uma significativa produção de novas unidades habitacionais decorrente de política pública; um persistente déficit habitacional, concentrado nos estratos de mais baixa renda; e uma significativa quantidade de domicílios desocupados. Apesar do enorme avanço normativo representado pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Cidade de 2001, o acesso à terra para a população de baixa renda continua se dando quase que exclusivamente através da moradia autoconstruída ou alugada em assentamentos precários, cortiços e favelas. Neste artigo se propõe apresentar e analisar a realidade de quatro ocupações localizadas na região central de São Paulo. A ocupação de edifícios vagos pelos movimentos de moradia organizados tem sido prática recorrente nas grandes cidades brasileiras, tanto como forma de pressionar o poder público, quanto como forma de viabilizar uma moradia em área central, ainda que de forma precária. Num momento de intensa intolerância política e social e de ameaça aos movimentos populares, o texto procura mostrar os desafios atuais da luta por moradia e pelo direito à cidade da população de baixa renda na maior metrópole brasileira.

Palavras-chave: Ocupações, Habitação, Movimentos de moradia, Resistência.

ABSTRACT

At the beginning of the third decade of the 21st century, the Brazilian urban and housing context is founded on a paradoxical tripod: a significant public production of new housing units; a persistent housing deficit, concentrated in the lower income strata; and a significant number of vacant households. Despite the enormous normative improvement represented by the 1988 Constitution and the City Statute (2001), access to land for the low-income population continues almost exclusively through self-built or rented housing in precarious peripheral settlements, tenements and slums. This paper aims to present and analyze the reality of four squatters located in São Paulo city center. The occupation of vacant buildings by organized housing movements has been a recurring practice in large Brazilian cities, both as a way of putting pressure on the public authorities and as a way of accessing housing in a central area feasible, albeit in a precarious way. In a time of intense political and social intolerance and threat to popular movements, the analysis seeks to point out current challenges of the struggle for housing and for the right to the city by the low-income population in the largest Brazilian metropolis.

Keywords: Squatting, Housing, Housing movements, Resistance.

Moradia no Brasil: avanços e incertezas

A Constituição Brasileira de 1988, aprovada durante o processo de redemocratização, incorporou uma série de avanços no campo urbanístico ao dedicar um capítulo específico à Política Urbana e estabelecer a noção de que as propriedades urbanas subordinavam-se ao cumprimento da função social. No ano 2000, por meio da Emenda Constitucional 26, a moradia foi incorporada aos direitos sociais fundamentais (Art. 6º). Esse avanço normativo só foi possível devido à intensa mobilização dos movimentos sociais urbanos e, em especial, do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, articulando um grupo heterogêneo com atuações distintas e complementares (Saule Jr., 2010). Desde o final dos anos 1970, o debate sobre a reforma urbana, centrado na função social da propriedade, no direito à cidade e na gestão democrática, influenciou diretamente a luta por moradia dos movimentos que estavam atuando nas favelas, loteamentos periféricos e nos mutirões nas grandes cidades brasileiras.

Em 2001, foi aprovado o Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257), resultado direto de duas décadas de mobilização política e participação popular. A aprovação do estatuto, regulamentando os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, representou um novo marco regulatório para a política e gestão urbanas, definindo instrumentos que visavam garantir o direito à cidade e à moradia digna, a função social da propriedade e a democratização da gestão urbana.

Desde então, o estabelecimento do conceito de *função social da propriedade* vem sendo considerado um dos avanços principais do estatuto. Ainda que não fosse exatamente uma novidade, visto que essa noção já se fizera presente em constituições anteriores (1934, 1946 e 1969 e, novamente, em 1988), esta carecia de regulamentação para se tornar um conceito mais explícito e de fácil aplicabilidade, o que somente aconteceu com o Estatuto da Cidade de 2001 (D'Ottaviano & Rovati, 2019). Sua meta era proporcionar novas possibilidades de atuação técnica, sobretudo no que diz respeito às questões relacionadas ao acesso à moradia digna como um dos pré-requisitos do direito à cidade.

A ideia de função social da propriedade envolve a prevalência do interesse social, do bem coletivo e do bem-estar da coletividade, bem como a persecução e consecução da regularização fundiária e a urbanização das áreas ocupadas por populações de baixa renda (Dallari e Ferraz, 2006, p. 145).

Os anos 2000 e 2010 foram de muita expectativa no que diz respeito às questões urbanas e, em especial, às questões habitacionais. A aprovação do Estatuto da Cidade gerou uma expectativa positiva de que os avanços legais, como a função social da propriedade, os novos planos diretores e, em especial, a aplicação dos instrumentos urbanísticos recém-regulamentados¹, fossem alterar a forma de produção/crescimento das cidades e de acesso à moradia para a população de baixa renda no país, enfrentando décadas de passivos socioambientais acumulados (Bueno, 2007).

Em 2003, foi criado o Ministério das Cidades. Em 2005, foram criados o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), exigindo, então, planos municipais e estaduais de habitação, condição para a

¹Tais como o IPTU Progressivo, Direito de Preempção, Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsória, Desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, além da efetivação da Função Social da Propriedade.

instituição de fundos próprios de Habitação de Interesse Social (HIS), fiscalizados através dos conselhos de habitação nas diferentes esferas. Em 2009, foi finalizado o Plano Nacional de Habitação (PlanHab)², que se tornou rapidamente inócuo com o lançamento, no mesmo ano, do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)³, que incorporou todos os demais programas habitacionais vigentes⁴ e previa, em sua primeira fase,⁵ a construção de um milhão de novas moradias, com subsídio a fundo perdido para a população com renda entre 0 e 3 salários mínimos (D'Ottaviano & Rovati, 2019).

A despeito da enorme quantidade de novas unidades produzidas – mais de 5,5 milhões de unidades contratadas em 10 anos –, o déficit habitacional nacional se manteve acima de 6 milhões de unidades (Fundação João Pinheiro, 2018). De modo geral, a produção de novas unidades pelo PMCMV deu-se de forma desarticulada em relação à política urbana a cargo dos municípios brasileiros, identificando-se a utilização de instrumentos presentes no próprio Estatuto da Cidade, como as ZEIS⁶, para a viabilização de empreendimentos em localizações periurbanas, distantes dos centros urbanos (Rufino, 2015; D'Ottaviano & Rovati, 2016). Quase que invariavelmente, os subsídios disponíveis às populações de mais baixa renda acabaram drenados pelo aumento especulativo da terra urbana (Maricato, 2015). Apesar da presença de instrumentos urbanísticos como Função Social da Propriedade, Parcelamento Compulsório e Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo no Tempo nos novos planos diretores municipais, o acesso à terra para a população de baixa renda continua se dando quase que exclusivamente através da moradia autoconstruída ou alugada em assentamentos precários, cortiços e favelas.

Às portas da terceira década do século XXI, o contexto urbano e habitacional brasileiro apresenta-se assentado sobre um tripé paradoxal: uma significativa produção de novas unidades habitacionais pelo PMCMV; um persistente déficit habitacional, concentrado nos estratos de mais baixa renda; e uma significativa quantidade de domicílios desocupados. Curiosamente, as grandezas quantitativas dos três são similares, ainda que elas não se correspondam objetivamente. Nem sempre as unidades vazias localizam-se nos mesmos territórios onde se concentram as necessidades habitacionais. No entanto, nos centros das grandes metrópoles brasileiras, notadamente São Paulo, verifica-se um imenso parque imobiliário vacante.

Nos últimos anos, temos assistido a tentativas do poder público de utilização desses

² O PlanHab foi idealizado como o mais importante instrumento para a implementação da nova Política Nacional de Habitação. Finalizado em 2008, deveria ser implementado entre 2009 e 2023. Com o lançamento do PMCMV em 2009, o Plano Nacional de Habitação foi deixado de lado.

³ O Programa foi criado com objetivos econômicos para fazer frente à crise mundial de 2008, ignorando toda a estrutura da política habitacional existente até então, e elegendo a iniciativa privada como promotora, para alcançar volume e agilidade (Rossetto Netto, 2017). É vasta a produção sobre o PMCMV: Cardoso, 2013; Santo Amore, Shimbo & Rufino, 2015; Cardoso, Jaenish & Aragão, 2017; Cardoso, 2019; entre outros.

⁴ Programa de Arrendamento Residencial (PAR), Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), Programa Crédito Solidário (PCS) e Provisão Integrada à Urbanização de Favelas dentro do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), bem como as "natimortas" linhas programáticas propostas pelo PlanHab 2009.

⁵ O programa teve três fases distintas: PMCMV 1 (2009), com a meta de construção de 1 milhão de novas unidades habitacionais; PMCMV 2 (2011), com a meta de 2 milhões de novas unidades; e PMCMV 3 (2016), com a meta de 2 milhões de unidades. As duas primeiras fases estavam estruturadas em três faixas de atendimento, conforme a renda do mutuário (Faixa 1, 2 e 3); a partir de 2016 foi instituído um novo enquadramento de financiamento, a Faixa 1,5. Para cada fase foram definidas metas parciais sem a indicação de que a meta anterior já houvesse sido atingida. Em 2017 foi reeditado o PMCMV 3, com a ampliação das faixas de renda atendidas pelo Programa, dos valores das unidades e com uma meta de contratação de 610 mil unidades.

⁶ Zonas Especiais de Interesse Social. Destaques ao zoneamento urbano municipal, eram destinadas originalmente à regularização de ocupações irregulares ou à produção de habitação de interesse social em áreas bem localizadas dentro do tecido urbano.

imóveis vazios. Porém o não reconhecimento do poder judiciário da preponderância da função social do direito à propriedade tem impedido o avanço de programas mais abrangentes, cujas experiências recentes da prefeitura de São Paulo são referência importante (Murad, 2019; Rossetto Netto, 2017; Ramos, 2009; Neuhold, 2008). Significativamente, o capítulo da Política Urbana na Constituição de 1988 está inserido na seção que trata da Ordem Econômica e Financeira (Massonetto, 2015), o que torna mais nítidos os contornos do conflito entre o direito à propriedade e o direito à moradia.

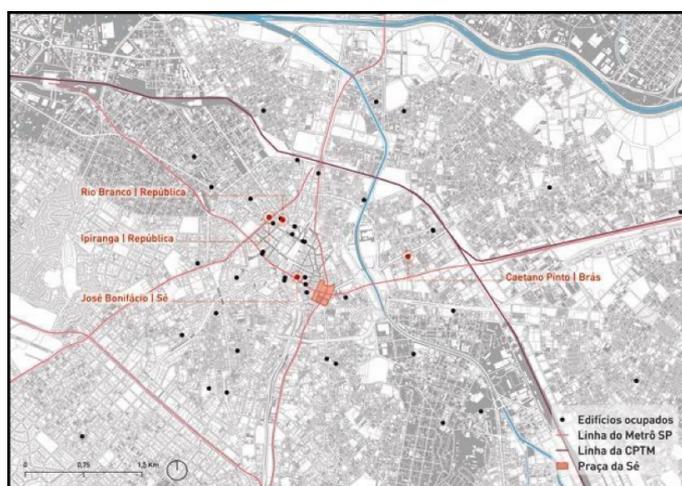
Ao mesmo tempo, é cada vez maior o número de ocupações de edifícios vazios pelos movimentos de moradia organizados – nas áreas centrais das grandes cidades brasileiras – São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte (D'Ottaviano & Rovati, 2019; Prefeitura de São Paulo, 2013; Ramos, 2009; Murad, 2019)

Em outubro de 2016, o então secretário de Habitação de São Paulo calculava que eram cinquenta os edifícios ocupados na região central da cidade (Folha de São Paulo, 2016), contra trinta e um edifícios ocupados em janeiro de 2013 (Folha de São Paulo, 2013). Em maio de 2018, já eram mais de setenta os edifícios ocupados (Folha de São Paulo, 2018).

A realidade da região central de São Paulo, com muitos edifícios vazios mas também com diversos outros ocupados por movimentos de moradia organizados e por moradores sem-teto, passou a ser tema importante do noticiário com o incêndio e desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, no dia 1º de maio de 2018. Pertencente ao Patrimônio da União desde 2002, o edifício tinha 11 mil metros quadrados de área construída. Foi sede da Polícia Federal e abrigou o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), mas estava desocupado desde 2003.

Após o incêndio, a Secretaria Municipal da Habitação da Prefeitura de São Paulo (PMSP), através do Grupo de Mediação de Conflito, realizou visitas técnicas em 55 edifícios ocupados no centro da cidade. De acordo com dados das Visitas Técnicas de Requalificação de Segurança (Coordenação Municipal de Defesa Civil, 2018), a cidade tinha, em meados de 2018, 206 ocupações onde viviam 45.872 famílias. Apenas nas 55 ocupações vistoriadas na região central viviam 6.085 pessoas (Figura 1).

Figura 1 – São Paulo: ocupações de edifícios na região central



Fonte: Ocupas, 2020, conforme Coordenação Municipal de Defesa Civil, 2018.

A realidade existente hoje não só na cidade de São Paulo, mas em outras cidades brasileiras – de grande déficit habitacional, presença de imóveis vagos e subutilizados e também de grande número de ocupações –, faz com que a possibilidade do uso de edifícios e imóveis públicos não utilizados para fins de moradia precise ser encarada como solução possível (D'Ottaviano & Rovati, 2019).

Neste artigo se propõe apresentar e analisar a realidade de quatro ocupações localizadas na região central de São Paulo, organizadas pelo Movimento de Moradia Central e Regional (MMCR): Caetano Pinto 40, Ipiranga 879, José Bonifácio 237 e Rio Branco 53.

As análises partem da experiência de acompanhamento das famílias das ocupações e das lideranças do movimento de moradia em função do projeto de extensão universitária Ocupas, desenvolvido pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).

O artigo está estruturado em quatro partes: uma apresentação dos movimentos de moradia em São Paulo, destacando-se sua importância na luta por moradia digna para a população de baixa renda; a descrição da metodologia utilizada; a análise da estratégia dos movimentos de moradia na ocupação dos edifícios vazios na região central da cidade de São Paulo; a defesa da extensão universitária como ferramenta possível de atuação da Universidade Pública junto aos movimentos sociais e sua luta por moradia; e, concluindo, os desafios atuais na luta por moradia e pelo direito à cidade, num momento de intensa intolerância política e social, e de ameaça aos movimentos populares e à autonomia das universidades públicas.

Os movimentos de moradia em São Paulo

Os primeiros movimentos de moradia paulistanos surgiram nos anos 1970, a partir da organização das associações de trabalhadores, com reivindicações relacionadas à qualidade de vida dos moradores, principalmente os encortiçados, e a demanda por infraestrutura nos bairros periféricos (Murad, 2019). Os primeiros movimentos eram ainda bastante locais e vinculados às pautas das associações de bairro. Tem destaque, naquele momento, a Associação dos Trabalhadores da Região da Moóca (bairro a leste do centro) que, além de realizar estudos sobre a qualidade de vida dos moradores dos cortiços, se empenhou em organizar assembleias e reuniões nas quais a população, em sua maioria constituída de mulheres, se encontrava para reivindicar seus direitos. Em 1984, o movimento passou a se chamar Movimento dos Quintais da Moóca (Neuhold, 2008, p. 41).

As primeiras reivindicações na luta por moradia aconteceram em 1984, quando se tentou negociar com a administração municipal o uso de terrenos nos bairros da Moóca e do Brás para a construção de moradia popular. Além disso, foi feita a demanda de financiamento do material para a construção em regime de mutirão, a ser organizado pelas lideranças e sob a supervisão da gestão municipal (gestão Mário Covas, 1982-1986).

A falta de diálogo com a administração municipal, no entanto, fez com que a ocupação surgisse como estratégia de pressão junto ao poder público: em maio de 1985, a Secretaria Municipal do Bem Estar Social foi ocupada por famílias do Quintais da Moóca. Apenas após a promessa de viabilização de lotes para a construção de moradias o prédio foi desocupado.

Logo depois, uma nova ocupação realizada no edifício Martinelli, sede do governo municipal, levou à desapropriação dos prédios de dois cortiços, um na Avenida Celso Garcia 849,

no Brás, e outro na Rua Madre de Deus 769, na Moóca. Os dois edifícios foram reformados e transformados em unidades habitacionais para a população de baixa renda (Neuhold, 2008).

Na medida em que o grupo da Moóca passou a ganhar espaço e obter “atenção” em função das ocupações, os moradores de diferentes cortiços passam a se organizar e formar novos grupos, entendendo a importância da pressão e da reivindicação (Braconi, 2017) e, com isso, a necessidade da criação de um único movimento, que englobasse todos os grupos existentes e facilitasse na articulação das ideias e das reivindicações, uma vez que as pautas estavam sempre voltadas para a melhoria da qualidade de vida e para o acesso à moradia digna (Murad, 2019, p. 46).

Criada em 1988 e registrada em 1991, a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC) foi o primeiro movimento ou entidade de luta por moradia institucionalizado juridicamente em São Paulo:

[a] ULC foi formada dentro da Associação dos Trabalhadores da Mooca, que é de 1979. Logo quando eu cheguei na ULC, ainda se tinha trabalho de operário nas fábricas, porque a Mooca sediava alguns cursos do SENAI. Então tinha pessoal fazendo, estudando, enfim. E também, a luta era as famílias, principalmente mulheres, mães de crianças, que trabalhavam nas fábricas. Porque a Mooca foi um bairro operário, e a luta era por creche, porque as pessoas não tinham onde deixar o filho. Enfim, ela foi se dando com esse argumento, e também logo adiante lutando por tarifas sociais nos cortiços, porque já tinha cortiço... mas aí tem que era preciso fazer mais. E o 'mais' acho que era a luta por moradia na área central (Pitta, 2018).⁷

Nesse período, é criada também a União de Movimentos de Moradia de São Paulo⁸ (UMM-SP). Ela passou a congregar e articular os vários movimentos de moradia existentes na cidade.

Em 13 de julho de 1997, a ULC realizou a primeira ocupação de edifício vazio em São Paulo: 1050 famílias ocuparam um edifício pertencente ao governo estadual na Rua do Carmo, na região central⁹. Desde então, com o uso da ocupação como estratégia de pressão e negociação com o poder público, a ULC viabilizou mais de dez projetos de reforma de edifícios para fins de moradia (Rossetto Netto, 2017; D'Ottaviano & Rovati, 2019).

Considerando que as ocupações só recebiam atenção da mídia nos momentos de entrada no edifício e no momento do despejo, ocupações rápidas, como forma de pressionar a negociação junto ao poder público, tornaram-se estratégia recorrente de alguns movimentos, em especial aqueles ligados à União dos Movimentos de Moradia (UMM) e à Central dos Movimentos Populares (CMP)¹⁰. Já os movimentos ligados à Frente de Luta por Moradia fal (FLM)¹¹, como o Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC), têm como princípio ocupar edifícios para a efetivação da moradia (Bloch, 2008, p. 84).

Os anos 1980 e 1990 marcaram a consolidação e a visibilização das lutas por moradia na área central de São Paulo. Morar no centro, para essas famílias, significava e ainda significa maior

⁷ Sidnei Pitta, liderança da ULC. Entrevista realizada em 16 de abril de 2019.

⁸ A UMM-SP, ou “União”, começou a ser articulada em 1987 por um grupo de lideranças a partir das experiências de ocupação de terras dos anos 1980, em especial as realizadas na região leste da cidade.

⁹ Segundo Sidnei Pitta, o movimento e as famílias se prepararam durante um ano para realizar a ocupação.

¹⁰ UMM, fundada em 1987, congrega parte dos movimentos de moradia atuantes em São Paulo. Já a CMP, criada em 1993, congrega movimentos populares de forma geral, não apenas aqueles ligados à pauta da moradia.

¹¹ A FLM, fundada em 2003, congrega um grupo distinto de movimentos com formas de atuação também distintas. No entanto, todos os movimentos e associações têm como pauta comum o direito à moradia e a criação e defesa de políticas públicas habitacionais.

possibilidade de emprego, redução nas despesas e no tempo com deslocamento e melhora no acesso a serviços e equipamentos públicos. Forjados nas mobilizações para fazer valer o seu direito à cidade, esses movimentos construíram, nesse processo, relações de identidade e solidariedade coletivas (Alonso, 2009), que vão marcar suas ações e pautas reivindicatórias.

Logo após o incêndio e desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, em 2018, o discurso contra a ocupação de imóveis vazios e os movimentos de moradia acirraram-se. Como resultado das investigações decorrentes do desabamento, lideranças de vários movimentos de moradia atuantes no centro de São Paulo foram acusadas de extorsão e tiveram sua prisão decretada. No entanto, as lideranças acusadas, vinculadas ao MMCR e ao Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC), não tinham qualquer ligação com o movimento responsável pela ocupação do edifício Wilton Paes de Almeida. Por outro lado, a investigação caracterizou como extorsão a prática de cobrança da taxa mensal de manutenção dos edifícios, taxa acordada entre todos os moradores em assembleia e usada exclusivamente para a manutenção mínima dos edifícios, como o pagamento das contas de luz e de água. Quatro lideranças – Ednalva Franco, Sidnei Ferreira, Preta Ferreira e Angélica dos Santos Lima – chegaram a ser presas. Eles foram soltos quatro meses depois, porém o processo de tentativa de criminalização dos movimentos de moradia continua, em especial por parte do Governo Federal¹².

As experiências analisadas de forma mais detalhada neste texto são vinculadas ao Movimento de Moradia Central e Regional (MMCR). O MMCR foi criado em 2013, a partir de uma subdivisão do Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC). O movimento tem como objetivo central abrigar famílias chefiadas por mulheres, muitas vezes vítimas de abandono ou violência doméstica, em situação de rua. Atualmente, o movimento é responsável por quatro ocupações – três no Centro e uma no Brás¹³ -- e por um grupo de base¹⁴ localizado na favela de Heliópolis, na zona sul da cidade. O movimento congrega, no total, pouco mais de 410 famílias.

A maior luta, no momento, além da sobrevivência cotidiana, é a garantia da posse dos apartamentos com posterior adequação ou reforma. Para isso, o movimento também conta com o apoio de voluntários e parceiros para o acompanhamento dos processos judiciais e elaboração dos projetos para adequação e reforma dos edifícios.

Metodologia: pesquisa e extensão universitária

A investigação se deu entre agosto de 2019 e agosto de 2020, tendo sido desenvolvida no âmbito de um projeto de extensão universitária denominado Ocupas da Universidade de São Paulo. Para sua realização, foram articulados docentes e discentes de graduação e pós-graduação da FAUUSP.

No Brasil, a extensão é um dos pilares que definem a instituição universitária, parte do tripé em que se estrutura ainda com o ensino e a pesquisa. Ainda assim, a definição do que caracterizaria a extensão é eivada de controvérsias dentro da academia, abarcando uma miríade de concepções e atividades muitas vezes contraditórias. Pela noção geral da extensão, ela se define como instrumento para levar o conhecimento produzido na universidade até a sociedade. Não se pretende, neste texto, abordar a controvérsia a respeito dessas distintas visões, mas

¹² Entre as práticas reacionárias do novo Governo Federal está a ameaça de incluir as atividades dos movimentos populares, em especial os movimentos de moradia, entre aquelas a serem tratadas como "terroristas".

¹³ As ocupações Ipiranga e José Bonifácio se deram em novembro de 2013.

¹⁴ Os grupos de base são grupos locais que podem estar em um bairro ou região da cidade. Eles são responsáveis pelo ingresso de novos integrantes e por sua formação política, em especial nas formas de atuação e maneiras de luta por moradia. É a partir dos grupos de base que são organizadas e realizadas novas ocupações.

demarcar a concepção que norteou a presente investigação, aqui compreendida enquanto

ação política e espaço público, locus privilegiado da interação entre universidade e sociedade pautado pela prática da democracia, pelo combate aos preconceitos e às desigualdades sociais, pelo diálogo e parceria fraterna entre "diferentes", pela experimentação com vistas ao enfrentamento de problemas relevantes para a população mais vulnerável e pobre do país, pela procura e invenção de um conhecimento que transforma (D'Ottaviano & Rovati, 2017, p. 17, grifos no original).

A extensão universitária, como entendida portanto, também se configura ambiente de pesquisa, ensino, aprendizagem e troca.

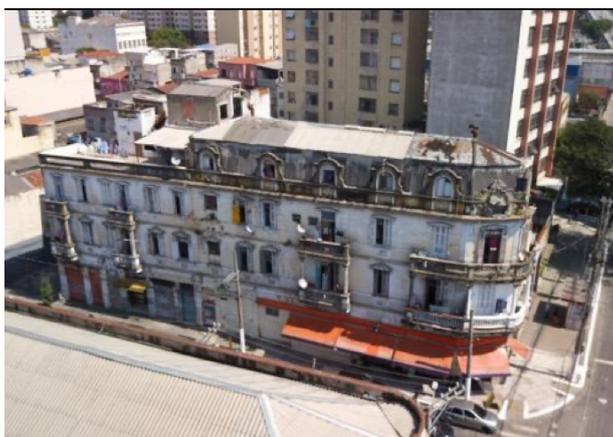
A primeira etapa da investigação consistiu na análise e sistematização dos apontamentos e recomendações contidos nos relatórios das Visitas Técnicas de Requalificação de Segurança elaborados pela Coordenação Municipal de Defesa Civil (COMDEC) da Secretaria Municipal de Segurança Urbana da PMSP. Esses relatórios foram produzidos após o incêndio e desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida e tinham por objetivo analisar as condições de segurança das ocupações existentes no município. As informações contidas nos relatórios forneceram as bases para um primeiro diagnóstico das condições das ocupações de moradia da área central.

Após essa primeira etapa de aproximação ao objeto de estudo, estreitou-se o diálogo com um dos movimentos por moradia com atuação na área central, o MMCR, definindo-se como primeiro objetivo a realização dos levantamentos físico, dos edifícios ocupados, e socioeconômico das famílias integrantes do movimento. A meta consistia em realizar os levantamentos nas suas quatro ocupações centrais.

A eclosão da pandemia de Covid-19 inviabilizou o trabalho de campo e exigiu um redimensionamento dos objetivos. Parte importante da investigação nessa etapa esteve relacionada ao acompanhamento aos moradores das ocupações para o enfrentamento dessa nova condição. O isolamento social nos edifícios, necessário para frear a contaminação, afetou os levantamentos de campo, àquela altura concluídos apenas na ocupação Caetano Pinto, 40. O grupo de extensão, então, passou a acompanhar e a oferecer suporte ao movimento, ainda que à distância. Foi criada uma "vaquinha virtual" na plataforma Catarse para arrecadar recursos destinados à compra de alimentos e material de higiene pessoal para os moradores. A equipe desenvolveu também o *site* do MMCR¹⁵, de modo a ampliar a difusão de informações sobre o próprio movimento e as ocupações. Ainda que o afastamento imposto pela pandemia obrigasse à reformulação dos prazos e objetivos do projeto, isso não representou um obstáculo à Extensão, uma vez que os próprios desafios interpostos pela nova conjuntura alteraram as necessidades dos moradores das ocupações, demandando da Universidade novas reflexões e respostas em interlocução com essas famílias trabalhadoras.

¹⁵ Disponível em: <https://mmcromovimento.wixsite.com/mmcr>.

Figura 2 – Ocupação Caetano Pinto, 40



Fonte: Ocupas, 2020

Na ocupação Caetano Pinto, 40, o trabalho consistiu no levantamento das condições de habitabilidade do edifício, bem como das unidades habitacionais individualizadas. Isso se deu por meio de desenhos e fotografias dos ambientes da ocupação, observando-se as condições de vida dessa população em meio a severas restrições de ordem material.

Em conjunto com o levantamento físico foi feita a caracterização socioeconômica dos moradores com a aplicação de questionários familiares e individuais. Buscou-se caracterizar essa população em termos de renda, escolaridade, gênero, e faixa etária com o intuito de se compreender suas origens e motivações para a participação no movimento.

Essas informações foram posteriormente sistematizadas e permitiram uma apreensão do perfil e das condições de vida da população residente nas ocupações. O processo se deu em permanente diálogo com a liderança do movimento, procurando fornecer subsídios e instrumentos à sua luta reivindicatória por mais e melhores políticas habitacionais e urbanas.

Ocupações de edifícios vazios no centro em São Paulo

A ocupação de edifícios desocupados na área central de São Paulo pelos movimentos sociais, quer seja como forma de garantir o acesso à moradia, quer seja como forma de pressão junto ao poder público por soluções habitacionais, pouca atenção recebia da sociedade ou da mídia. As exceções se davam quando aconteciam ações violentas de reintegração de posse, desalojando as famílias ocupantes.

Essa situação alterou-se radicalmente na madrugada de 1º de maio de 2018, quando o incêndio e desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida expôs as precárias e inseguras condições de vida de milhares de famílias das ocupações paulistanas, deixando mortos, desaparecidos e desabrigados. Revelou, ainda, a absoluta falta de informação do poder público acerca das ocupações, ausentes de qualquer tipo de levantamento quantitativo ou qualitativo.

A tragédia ensejou um levantamento a cargo do Grupo de Mediação de Conflito da SEHAB e da Coordenação Municipal de Defesa Civil da Secretaria de Segurança Urbana da PMSP. O resultado do levantamento apontou a existência de 206 ocupações no município, de variados tipos, em que viviam 45.872 famílias. A região que apresentava o maior número de ocupações era o Centro, num total de 53, em que viveriam aproximadamente 3.300 famílias. Esses números, divulgados logo após o desabamento, são controversos, uma vez que a própria prefeitura anunciou, no mesmo momento do estudo de 2018, a iniciativa de vistoriar 70 edifícios ocupados na área central para averiguar suas condições de segurança (Figura 1).

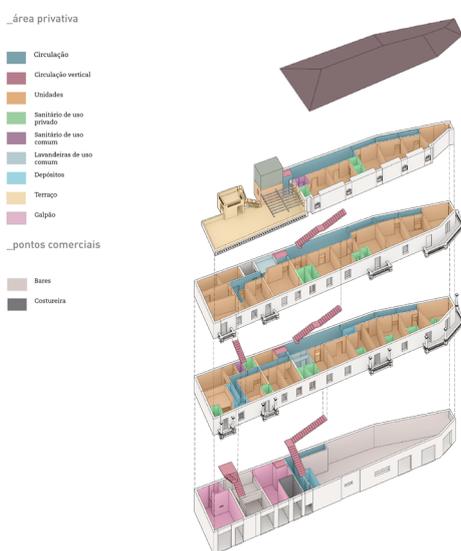
Os quatro edifícios ocupados pelo MMCR passaram por visitas técnicas. A ocupação Ipiranga, 879 – imóvel particular comercial, de 15 pavimentos – abrigava cerca de 150 famílias e 600 pessoas. Os elevadores encontravam-se desativados e havia irregularidades nas instalações elétricas e hidráulicas, assim como se constatou a existência de 89 botijões de GLP nas unidades habitacionais (Coordenação Municipal de Defesa Civil, 2018).

A ocupação José Bonifácio, 237 – imóvel público, de 11 pavimentos – abrigava, em maio de 2018, 106 famílias, totalizando cerca de 250 pessoas. Naquele momento, foram identificadas patologias derivadas de infiltração e umidade, bem como unidades habitacionais separadas por divisórias de madeira (Coordenação Municipal de Defesa Civil, 2018).

A ocupação Rio Branco, 53 – imóvel público de 5 pavimentos, originalmente usado como hotel – abrigava 68 famílias e cerca de 250 pessoas, sendo 20 imigrantes. A vistoria constatou a precariedade das instalações elétricas e a existência de divisórias de madeira entre as unidades e de botijões de GLP nos cômodos residenciais (Coordenação Municipal de Defesa Civil, 2018).

A quarta ocupação vinculada ao MMCR, e objeto de análise mais detida neste texto, é a Caetano Pinto, 40 – edifício particular, composto de térreo com atividades comerciais, dois pavimentos residenciais e cobertura com área externa – localizada no Distrito da Moóca. Apontado no relatório como concebido originalmente como hotel¹⁶, a Caetano Pinto abrigava, em 2018, cerca de 35 famílias, totalizando aproximadamente 100 moradores¹⁷. À semelhança das demais ocupações, nela também se verificaram irregularidades e precariedades nas instalações elétricas e hidráulicas, além da presença inadequada de botijões de GLP dentro das unidades habitacionais (Coordenação Municipal de Defesa Civil, 2018).

Figura 3 – Ocupação Caetano Pinto, 40: Levantamento.



Fonte: Ocupas, 2020

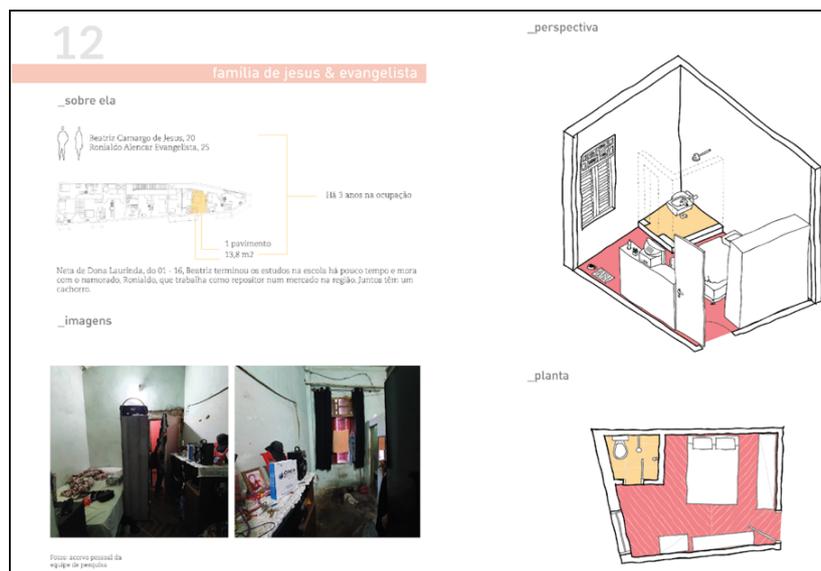
O estudo – levado a cabo pela equipe do projeto de extensão Ocupas – consistiu em

¹⁶ Existe uma divergência em relação ao projeto original do edifício. Documentos históricos atestam que ele foi construído em 1926 e concebido para acomodar uma farmácia no térreo e a residência de seu proprietário nos andares superiores. O uso como hotel teria sido uma adaptação posterior. No entanto, das quatro ocupações estudadas, essa foi a única em que o projeto original não pôde ser encontrado no arquivo municipal.

¹⁷ Levantamento de campo feito no âmbito do projeto de extensão Ocupas, realizado por meio de entrevistas familiares e individuais. Apresenta divergências em relação ao Relatório de Visita Técnica da SEHAB.

levantamentos físicos das unidades habitacionais e áreas comuns dos edifícios, identificando as condições de habitabilidade das moradias, mobiliário, infraestrutura e eventuais patologias. Esses levantamentos foram registrados em fichas individualizadas por unidade, com a representação em planta e em perspectiva da ocupação, fotos das condições internas e a composição familiar dos moradores.

Figura 4 – Ocupação Caetano Pinto, 40: Exemplo de ficha do levantamento por unidade habitacional

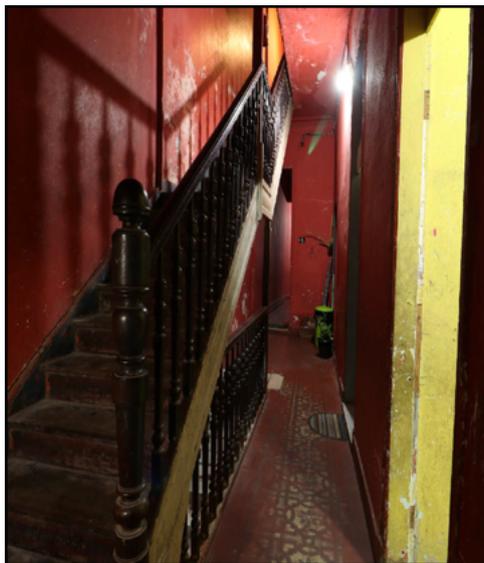


Fonte: Ocupas, 2020

Distribuídas nos três pavimentos superiores, foram levantadas informações sobre 25 unidades, que variavam de 5,2 m² (ocupada individualmente por uma adolescente de 18 anos, com familiares que também residem na ocupação) a 33,4 m² (habitada por três gerações de mulheres da mesma família, com 33, 16 e 2 anos de idade). Duas unidades do terceiro pavimento encontravam-se desocupadas quando do levantamento.

De modo geral, as moradias guardam correspondência com a compartimentação da edificação do período em que foi utilizada como hotel, ainda que poucas unidades apresentem subdivisões internas para atender de forma mais adequada às demandas de cada família. As áreas comuns consistem em locais de circulação horizontal e vertical, na lavanderia coletiva, no primeiro pavimento, e no terraço, no topo do edifício. Além disso, no térreo do edifício encontram-se espaços comerciais abertos para a calçada, em utilização, e que ocupam o espaço originalmente utilizado pela farmácia existente no edifício.

Figura 5 – Ocupação Caetano Pinto, 40: Área comum da ocupação – circulação vertical.



Fonte: Ocupas, 2020

Figura 6 – Ocupação Caetano Pinto, 40: Área comum da ocupação – terraço.

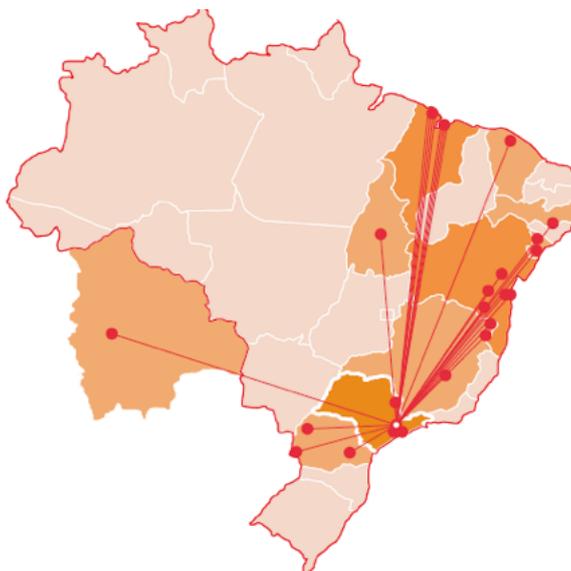


Fonte: Ocupas, 2020

Além dos levantamentos físicos das unidades, procedeu-se a um conjunto de entrevistas familiares e individuais, de modo a apreender o perfil socioeconômico dos habitantes da ocupação, suas origens e sua relação com a cidade de São Paulo.

Chama a atenção a multiplicidade de origens dos moradores da ocupação, ainda que a mais representativa seja de pessoas naturais do próprio município de São Paulo. Encontraram-se moradores originários de todas as regiões brasileiras, à exceção do Centro-Oeste; o único estrangeiro nessa ocupação provinha de Oruro, na Bolívia.

Figura 7 – Ocupação Caetano Pinto, 40 – Naturalidade dos moradores.



Fonte: Ocupas, 2020

As entrevistas apontaram que a maior parte dos moradores possui formação até o ensino fundamental (55%), sendo que 35% dos residentes possuíam ensino médio. Apenas um morador entrevistado possuía formação em ensino superior (Ocupas, 2020).

Em apenas 10 das unidades, os moradores afirmaram conhecer o movimento ou as ocupações por moradia antes de residirem na Caetano Pinto, 40, podendo-se inferir que a própria demanda por moradia os levou à organização e à mobilização por meio da ocupação. Ainda assim, identifica-se uma frágil sociabilidade comunitária: 52% (14 unidades habitacionais) dos respondentes dos questionários familiares alegaram pouco se relacionar com outros moradores, enquanto 12% (3 unidades) afirmaram que sua comunicação restringia-se às lideranças do movimento.

Um ponto que chama a atenção nos questionários familiares refere-se aos tempos de deslocamento cotidiano dos moradores. Um terço dos moradores (36,8%) gastam até 10 minutos para seus deslocamentos diários para trabalho ou educação; 31,6%, entre 10 e 30 minutos; 18,4%, entre 30 minutos e 1 hora; e 13,2%, entre 1h e 2h. Na escala metropolitana de São Paulo, em que os moradores das periferias despendem quase 3 horas diárias em deslocamentos, residir na Ocupação Caetano Pinto, 40, confere a esses moradores condições muito mais qualificadas para acessarem a equipamentos e a postos de trabalho na cidade. Esses dados, especificamente, mostram como a construção de políticas habitacionais voltadas a utilizar o estoque de imóveis vazios da área central de São Paulo possibilita um considerável ganho em termos de direito à cidade.

Extensão universitária: a universidade pública no território

Após um período de protagonismo do poder público nos investimentos em infraestrutura e habitação, em especial durante o segundo governo Lula (2007-2010) e o primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014), o Brasil passou por um alinhamento ideológico ultraliberal, baseado na ideia do "Estado mínimo".¹⁸

¹⁸ Estado mínimo em relação aos direitos e redes de proteção aos mais pobres, conforme análises feitas pela economista Laura Carvalho. Ver, entre outros: Brenck & Carvalho, 2019.

Nesse novo contexto, a organização das famílias e de setores da sociedade para a produção do espaço urbano e de suas moradias torna-se ainda mais importante. Um dos desafios que se coloca é justamente incorporar essa temática aos estudos regulares dentro da universidade (em especial a universidade pública), como uma das formas de enfrentamento da realidade extremamente desigual de nossas cidades. E é justamente dentro dessa estratégia de enfrentamento das desigualdades sociais que as atividades de Extensão se colocam como algo desejável, garantindo a presença da universidade na sociedade, para além dos seus muros.

Segundo Paulo Freire, uma referência fundamental¹⁹ quando pensamos em Extensão Universitária no Brasil, esta deve ter como premissa²⁰ ser "algo que é levado por um sujeito que se encontra 'atrás do muro' àqueles que se encontram 'além do muro', 'fora do muro'" (Freire, 1983, p. 13).

Contudo, é no *comprometimento* que a Extensão exige de todos, professores, estudantes e voluntários, que reside seu maior potencial: o da *territorialização* dos participantes. Em um projeto de Extensão, não é possível o exercício permanente do distanciamento (também necessário e praticado nas aulas e leituras) que as abstrações nos permitem. O processo todo é de interação com a realidade de coisas e pessoas *territorializadas*. Isso é o que distingue o trabalho de Extensão Universitária. Ele não existe sem outras pessoas que não sejam aquelas que vêm da Universidade e é sempre realizado numa relação *dialógica* com a comunidade. Aqui, utilizamos a palavra dialógica em referência a Paulo Freire [1983] e a tudo o que suas ideias trazem para a qualificação essencial do trabalho de Extensão: a construção do conhecimento no comum – comum porque se dá no cotidiano, porque é ordinário, é feito por muitos, em comunhão e cumplicidade. (D'Ottaviano & Rovati, 2019, pp. 57-58, grifos no original).

Num momento como o em que vivemos no Brasil no qual a Universidade Pública é questionada em todas as suas dimensões²¹, vemos como de fundamental importância a realização de atividades nas quais nosso trabalho seja melhor compreendido, especialmente pelos que mais necessitam de transformações profundas no seu cotidiano. Nesse contexto, a Extensão Universitária pode ser uma forma eficiente e direta para a construção e o fortalecimento desse vínculo, a partir da *troca de saberes* e da potência como *ação transformadora*.

A ação transformadora só se dá quando a extensão, no dia a dia, se abre para a experimentação e para a diversidade; quando borra as fronteiras da teoria "ou" da prática; quando, com base na reunião de individualidades autônomas e singulares e a transformar, agrega, constrói um projeto coletivo, impulsiona um processo de formação. (D'Ottaviano & Rovati, 2017, p. 23).

¹⁹ As primeiras experiências de Extensão Universitária no Brasil foram iniciativas do Serviço de Extensão Universitária da Universidade do Recife (mais tarde Universidade Federal de Pernambuco – UFPE), no início dos anos 1960. Durante sua curta duração até o fechamento com o golpe militar, em 1964, o Serviço de Extensão Universitária foi dirigido pelo professor Paulo Freire.

²⁰ O livro *Extensão ou Comunicação?* foi escrito durante do exílio de Paulo Freire, no Chile, a partir da sua experiência de "extensão agrícola" (o livro foi publicado em 1969, sob o título de *¿Extención o Comunicación?*, pelo Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agraria, em Santiago do Chile). Mesmo se tratando da sociedade agrícola chilena do final dos anos 1960, o livro continua sendo atual e uma referência importante para os estudos da Extensão Universitária (D'Ottaviano & Rovati, 2017; D'Ottaviano & Rovati, 2019).

²¹ Ao longo de 2019, o Governo Federal contingenciou verbas das universidades federais, inviabilizando muitas atividades, cortou bolsas de estudos tanto de graduandos quanto de pós-graduandos, cortou verba de projetos de pesquisa e afirmou, entre outras coisas, que a universidade era lugar de balbúrdia e que cursos como os de filosofia não deveriam receber verba federal pois não eram prioritários. Em 2020, o Governo Federal definiu as "áreas prioritárias" de investimento. Toda a área de Ciências Humanas e de Ciências Básicas ficaram de fora. Também em 2020, o governo do Estado de São Paulo propôs o Projeto de Lei n. 529, que retira recursos das universidades estaduais paulistas e da agência estadual de fomento à pesquisa, além de extinguir a companhia estadual de habitação social.

A participação em um projeto de extensão pressupõe a vivência no território e a vivência de seus conflitos, a experiência do "conhecer de outra maneira", distinta da experiência vivida dentro dos muros da universidade. Uma *práxis* realizada através do convívio com demandas concretas da população, que implica no envolvimento dos estudantes com realidades que muitas vezes desconhecem.

As atividades realizadas pelo projeto Ocupas – nas ocupações do MMCR – envolvem alunos de graduação, bolsistas de Extensão, alunos que estão desenvolvendo seus trabalhos de conclusão de curso, mestrandos e doutorandos. Cada um deles com atividades, projetos e pesquisas ligados em maior ou menor medida ao projeto de Extensão e à parceria com a ocupação e com os movimentos de moradia atuantes no centro de São Paulo (D'Ottaviano & Rovati, 2019).

Essa experiência, somada ao trabalho coletivo, contribui decisivamente para a formação de um profissional qualificado não apenas como "técnico", mas também e sobretudo, como sujeito humanizado e socialmente comprometido, apto a enfrentar as enormes desigualdades socioterritoriais do nosso país.

Conforme defendia Paulo Freire, pensador central da educação brasileira (e que, não por acaso, foi fortemente atacado pelo Governo Jair Bolsonaro), participação pressupõe "des-cruzar" os braços, o que só é possível a partir de um conhecimento aberto à *complexidade* e *comprometido* social, ética e politicamente (D'Ottaviano & Rovati, 2017). Comprometimento que depende em grande medida de um *agir* territorializado e participativo, de longo prazo, em que "junto" significa "com" e não "para" (D'Ottaviano & Rovati, 2019).

O projeto Ocupas, como também outras experiências realizadas no âmbito da FAUUSP²², mostra que quanto mais organizado e participativo é o parceiro do projeto – que pode ser uma comunidade, uma associação, um movimento de moradia organizado – mais profunda é a experiência de troca de conhecimento e mais estreito é o diálogo, no sentido da construção de conhecimentos comuns.

É desse lugar comum que surgem as respostas às perguntas e problemas formulados no diálogo. Quanto mais se aprofunda o diálogo, mais elaboradas se tornam as perguntas e mais profundamente se vive o território, tanto para o universitário quanto para o ator parceiro local.

Com efeito, só o trabalho continuado, não eventual, pode alcançar a profundidade desejada. Existe uma enorme diferença entre enfrentar um problema pontual pré-definido em conjunto com a comunidade, e um diálogo com a comunidade visando escavar o território nos níveis mais profundos de subjetividade para identificar problemas e responder a eles. Nesta condição de trabalho continuada, geradora de parceria e confiança, identificamos o maior potencial da Extensão Universitária. (D'Ottaviano & Rovati, 2019, pp. 59-60).

Um dos desafios principais das atividades de extensão está entre a manutenção de uma mobilização permanente²³ como forma de garantir o desenvolvimento e a continuidade dos nossos compromissos de trabalho e aprendizagem conjuntos. Para isso, a construção de uma relação de confiança e de troca de saberes de longo prazo é essencial.

²² Ver D'Ottaviano & Rovati, 2019.

²³ O isolamento social obrigatório devido à pandemia do coronavírus fez com que parte das atividades do projeto de extensão fossem paralisadas e as estratégias de trabalho e contato constantes fossem revistas.

Território em disputa

O acompanhamento do cotidiano de algumas das ocupações existentes no centro de São Paulo aponta para quatro questões principais: a possibilidade do uso do patrimônio público subutilizado na área central, para fins de moradia; a necessidade de uma política pública que efetive o direito à moradia para a população de baixa renda de maneira permanente e sem mudanças bruscas de acordo com o governo de turno; a importância da moradia na região para acesso a emprego, serviços e equipamentos; e a potencialidade da extensão universitária como forma de consolidar a luta pelo direito à cidade e à moradia para essa população.

Ainda que a grande maioria das ocupações se dê em edifícios privados (cerca de 75%), a presença de edifícios públicos desocupados na área central é significativa e a atuação do Estado será determinante no equacionamento da questão. Nesse sentido, a inflexão política do governo de turno é importante para se analisar as possibilidades da utilização desses edifícios para fins de moradia. Ações significativas foram implementadas em âmbito nacional e local para buscar viabilizar a reforma e a utilização desse patrimônio público para a construção de uma política habitacional. A Lei Federal n. 11.481/07 possibilitou a utilização de imóveis da União para Habitação de Interesse Social. Em âmbito municipal, no ano de 2016, a PMSP desapropriou seis edifícios na região central para futura adequação para uso habitacional (Rossetto Netto, 2017). Tratou-se, no entanto, de atuação extremamente pontual do Estado frente às necessidades dos movimentos sociais de moradia. A violenta vaga ultraliberal que se abateu sobre o Brasil a partir da segunda metade dos anos 2010 vem concorrendo para uma progressiva criminalização dos movimentos sociais e, inclusive, da Universidade Pública.

Numa cidade das dimensões territoriais de São Paulo, com um transporte público deficiente, os dados coletados sobre a ocupação Caetano Pinto, 40, corroboram a importância da moradia na área central para a ampliação do acesso ao emprego, serviços, infraestrutura e lazer.

Habitados a uma relação com o Estado marcada pela ausência ou pela coerção violenta, quando das reintegrações de posse, os movimentos de luta por moradia vêm encontrando na Extensão Universitária realizada pela Universidade Pública um dos poucos espaços de interlocução e reconhecimento recíproco com os agentes estatais. A parceria com a universidade contribui para a legitimação da atuação dos movimentos junto ao poder público em suas várias esferas, bem como para a busca de alternativas e soluções para alguns dos problemas cotidianos das ocupações.

REFERÊNCIAS

Alonso, A. (2009). As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, 76, 49-86. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>.

Bloch, J. A. (2008). *O direito à moradia: Um estudo dos movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

²⁴ Os edifícios dos antigos hotéis Cambridge e Lord tiveram seus projetos de reforma aprovados em 2017, via Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades. Devido a atrasos no repasse de verbas pelo Governo Federal, as obras estão ainda em andamento.

Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-08072008-143230/publico/DISSERTACAO_JANAINA_ALIANO_BLOCH.pdf.

Brenck, C.; Carvalho, L. (2019). Limites para o crescimento com mudança estrutural no Brasil no século XXI. In: Leite, M. V. C. (Org.). *Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade* (pp. 163-179). Santiago: CEPAL.

Bueno, L. M. M. (2007). Inovações para a concretização dos direitos à cidade: limites e possibilidades da lei e da gestão. In: Bueno, L. M. M.; Cymbalista, R. (Orgs.). *Planos Diretores Municipais: novos conceitos de planejamento territorial*. São Paulo: Annablume, 2007.

Cardoso, A. L. (2019, janeiro 17). Política habitacional: propostas para uma política democrática e sustentável. *Observatório das Metrópoles*. <http://observatoriodasmetroles.net.br/wp/propostas-para-uma-politica-habitacional-democratica-e-sustentavel/>.

Cardoso, A. L. (Org.). (2013). *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital. https://observatoriodasmetroles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/mcmv_adauto2013.pdf.

Cardoso, A. L., Jaenish, S. T.; Aragão, T. A. (Eds.) (2017). *Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise*. Rio de Janeiro: Letra Capital. https://observatoriodasmetroles.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/livro_politicahabitacional_2017.pdf.

Coordenação Municipal de Defesa Civil. (2018). *Relatórios Visitas Técnica de Requalificação de Segurança*. São Paulo.

Dallari, A. A.; Ferraz, S. (Eds.) (2006). *Estatuto da Cidade: comentários à Lei Federal no 10.257/2001*. São Paulo: Malheiros.

D'Ottaviano, M. C. L.; Rovati, J. (2019). *Além dos Muros da Universidade: Planejamento Urbano e Regional e Extensão Universitária*. São Paulo: ANPUR, 2019. <https://anpur.org.br/alem-dos-muros-da-universidade-planejamento-urbano-e-regional-e-extensao-universitaria/>

D'Ottaviano, M. C. L.; Rovati, J. (2017). Para Além da Sala de Aula. Extensão Universitária e Planejamento Urbano e Regional. São Paulo: FAUUSP/ANPUR. <https://anpur.org.br/2102/>

D'Ottaviano, M. C. L.; Rovati, J. (2016). O Ensino de Urbanismo no Brasil: experiências de Extensão Universitária em São Paulo e Porto Alegre. In: XX Congresso Arquisur 2016 Hábitat Sustentable, 2016, Concepción. Actas XX Congresso Arquisur 2016 Hábitat Sustentable. Concepción: Universidad del Bío - Bío, p. 770-783.

Freire, P. (1983[1969]). *Extensão ou Comunicação?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Fundação João Pinheiro. (2018). *Déficit Habitacional no Brasil 2015*. Belo Horizonte.

Maricato, E. (2015). *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular.

Massonetto, L. F. (2015). Pontos cegos da regulação urbanística: notas sobre uma articulação programática entre o Direito Econômico e o Direito Urbanístico. *Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico – RFDFFE*. Belo Horizonte, 4(6), 141-154.

Murad, J. (2019). *Ocupação, uma alternativa de moradia? O caso Prestes Maia* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. <https://doi.org/10.11606/D.16.2019.tde-30092019-153332>.

Neuhold, R. R. (2008). Os movimentos de sem-teto e a luta pelo direito à moradia na área central da cidade de São Paulo. *Simpósio Lutas Sociais na América Latina*. Londrina, PR, Brasil, 3.

Ocupas (2020). *Ocupações no centro de São Paulo. Adequação e melhorias*. Projeto de Extensão Universitária. São Paulo: FAUUSP.

Prefeitura da Cidade de São Paulo. (2013, maio 16). Prefeitura mapeia 42 prédios ocupados no Centro. *Portal da Prefeitura da Cidade de São Paulo*. <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao/noticias/?p=148204>.

Ramos, D. H. (2009). *A guerra dos lugares nas ocupações de edifícios abandonados do centro de São Paulo* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-12082010-131844/pt-br.phphttps://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=17&Itemid=160&lang=pt-br&id=27A4EBBD722.

Rossetto Netto, A. (2017). *Habitação central: produção habitacional no centro de São Paulo, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - faixa 1* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-22062017-154052/pt-br.php>.

Rufino, M. B. C. (2015). Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. In: Santo Amore, C.; Shimbo, L. Z.; Rufino, M. B. C. (Orgs.). *Minha Casa...e a Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital. https://observatoriodasmetrolopes.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/mcmv_nacional2015.pdf.

Santo Amore, C.; Shimbo, L. Z.; Rufino, M. B. C. (Orgs.). (2015). *Minha Casa...e a Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital. https://observatoriodasmetrolopes.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/mcmv_nacional2015.pdf.

Saule, N., Jr. (2010). Marco Legal do Direito à Cidade - A Trajetória da Reforma Urbana no Brasil. In: Sugranyes, A.; Mathivel, C. (Eds.). *Cidades para todos: Propostas e experiências pelo direito à cidade* (pp. 257-271). Santiago: Habitat International Coalition.(p)

DATA DE SUBMISSÃO: 07/10/2021

DATA DE ACEITE: 19/01/2022